



## **PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO**

RESOLUÇÃO PGE Nº 3305

DE 14 DE MARÇO DE 2013

**APROVA AS MINUTAS-PADRÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, EMPRESÁRIO INDIVIDUAL E COOPERATIVAS ENQUADRADAS NO ART. 34, DA LEI Nº 11.488, DE 2007, PARA AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (P- 1/13 e P- 2/13).**

**A PROCURADORA-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta no processo nº E-14/24150/2012 e;

Considerando caber à Procuradoria Geral do Estado a supervisão dos serviços jurídicos da Administração Direta e Indireta no âmbito do Poder Executivo (Constituição Estadual, art. 176);

Considerando que a Procuradoria Geral do Estado, no exercício de suas funções, busca um melhor atendimento aos órgãos locais e setoriais do Sistema Jurídico, bem como aos órgãos de julgamento da Administração Pública Estadual;

Considerando que tal atendimento visa a orientar os citados órgãos no que diz respeito à elaboração dos editais, sem descaracterizar as peculiaridades de cada licitação;

Considerando a necessidade de aprimoramento das minutas-padrão; e

Considerando que as Minutas-Padrão ora apresentadas não exime os órgãos de consultarem a Procuradoria Geral do Estado, se assim o assunto exigir, nos termos do artigo 4º, inciso III, da Lei nº 5.414.09 c/c o artigo 3º, inciso VII, do Decreto nº. 40.500/07;

### **RESOLVE:**

Art. 1º - Ficam aprovadas as Minutas-Padrão P- 1/13 e P- 2/13 que acompanham a presente Resolução, relativas a edital de pregão eletrônico, respectivamente, para a aquisição de bens e prestação de serviços, exclusivo para microempresas, empresas de pequeno porte, empresário individual e cooperativas enquadradas no art. 34, da Lei nº 11.488, de 2007.

Art. 2º - Eventuais dúvidas ou esclarecimentos em relação aos dispositivos constantes destas minutas-padrão deverão ser formalmente encaminhados à Coordenadoria Geral do Sistema Jurídico (PG-15).

Art. 3º - Caberá à Coordenadoria Geral do Sistema Jurídico (PG-15) comunicar às Assessorias Jurídicas da Administração Direta e Indireta acerca da presente Resolução.

Art. 4º - As minutas que acompanham a presente Resolução deverão ser disponibilizadas na página da internet da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 5º - - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução PGE nº 3.242, de 15 de outubro de 2012.

Art. 6º - A presente Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2013.

**LUCIA LÉA GUIMARÃES TAVARES**  
**PROCURADORA GERAL DO ESTADO**